



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS



TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 2021.05.11.01-PERP.

A Ordenadora de Despesa da Secretaria de Saúde do Município de Pacajus/CE, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 49, caput, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolve **REVOGAR** em sua totalidade o Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 2021.05.11.01, cujo objeto é o *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES A REDE DE SAÚDE DE PACAJUS/CE.*

1. DO OBJETO

Trata-se do Pedido de Impugnação Impetrado pela empresa D&V Comércio de Material Hospitalar-Eireli, ao Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme descrito e especificado no Anexo I – Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A Requerente pede a separação dos itens do lote. Diante da ocorrência de fatos supervenientes, qual seja, adequação do termo de referência bem como ao pedido de impugnação, de modo que a Administração perdeu o interesse no prosseguimento do pregão. Nesse caso, a revogação, prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório, tendo em vista a superveniência de razões de interesse público. Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação,



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS



principalmente no campo das contrata es públicas, onde se deve buscar sempre a satisfa o do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art.37 da Constitui o Federal¹ e no art. 3º da lei 8.666/93². A aplica o da revoga o fica reservada, portanto, para os casos em que a Administra o, pela razão que for perder o interesse no prosseguimento da licita o ou na celebra o do contrato. Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento do total ou parcial da licita o e a suspensão da celebra o de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade. Vejamos o que preceitua que o Art. 49, da Lei 8.666/93

Art. 49. A autoridade competente para a aprova o do procedimento somente poderá revogar a licita o por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de oficio ou por provoca o de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Isto exposto, entendemos, pois, que, por razões de interesse público, não sendo conveniente para a Administra o prosseguir o certame, nos termos que fora processado, no que se refere aos itens, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento em sua totalidade , sendo consequência disso a desconstitu o de seus efeitos, conforme ensina Marçal Justen Filho³, *in verbis*:

A revoga o do ato administrativo funda-se em julzo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administra o desfaz seu ato anterior para reput -lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administra o verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promover , então, o desfazimento do ato anterior.

Neste sentido, o próprio texto editalício prevê:

¹ Art. 37. A administra o pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte

² Art. 3º A licita o destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a sele o da proposta mais vantajosa para a administra o e a promo o do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vincula o ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

³ *In* Comentários   Lei das Licita es e Contratos Administrativos, 9ª ed., São Paulo, Dialética, 2002, p. 438.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS



20.12. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado à autoridade competente:

(...)

b) **anular ou revogar**, no todo ou em parte, a presente licitação, **a qualquer tempo**, disto dando ciência aos interessados mediante publicação na forma da legislação vigente. (negritamos)

3. DA DECISÃO

Diante do exposto, **DECIDIMOS REVOGAR** o pregão eletrônico enfocado, o que fazemos com fulcro na prerrogativa contida na primeira parte do artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Pacajus, Ceará em 21 de junho de 2021.

Marta Muniz de Menezes Barreiro

Secretária de Saúde
Portaria N° 02 2021

Marta Muniz de Menezes Barreiro

Ordenadora de Despesas da Secretaria de Saúde